

Danielle H. A. Machado Janaína Cazini (Organizadoras)



Ano 2019

Danielle H. A. Machado Janaína Cazini

(Organizadoras)

Inclusão e Educação 5

Atena Editora 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof^a Dr^a Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profa Dra Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profa Dra Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profa Dra Juliane Sant'Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Inclusão e educação 5 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-033-9 DOI 10.22533/at.ed.339191501

Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
 Educação inclusiva. 4. Professores – Formação. I. Machado,
 Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

APRESENTAÇÃO

A obra "Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais" aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu V volume, com 20 capítulos, apresentam estudos sobre Formação de professores, Tutoria, Educação a distância, Orientação e Aprendizagem num universo de discentes excluídos como pessoas com deficiência, idoso e risco social.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Que adequou as instituições, de maneira geral, a conjeturar estudos, metodologias como alternativas viáveis de inclusão educacional.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume V é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que são excluídos socialmente ou por suas deficiências físicas, ou por suas deficiências tecnológicas bem como a Modalidade de Educação a Distancias e toda sua beneficie massiva e transformadora da pratica educacional, apresentando artigos que: refletem sobre a formação do Professor na perspectiva inclusiva; a Alternativa da Educação a Distância para suprir nas necessidades física, econômicas e sociais; Estudos de casos que apresentam desafios e soluções para os públicos em questão.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer clarificar, os leitores sobre as várias modalidade de educação como força motriz para o desenvolvimento e a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11
FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR EM PEDAGOGIA: A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO EM DISCUSSÃO
Maria Do Rosário de Fátima Brandão de Amorim
Fabiana Wanderley de Souza Moreira. Francyne Monick Freitas da Silva
•
DOI 10.22533/at.ed.3391915011
CAPÍTULO 2
PIBID DIVERSIDADE – POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA
Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros
Neiza de Lourdes Frederico Fumes
DOI 10.22533/at.ed.3391915012
CAPÍTULO 3
DESAFIOS DO DOCENTE NA INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA
Edivânia Paula Gomes de Freitas
Leandra da Silva Santos
Maria Lúcia Serafim Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo
DOI 10.22533/at.ed.3391915013
CAPÍTULO 4
AS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO
Francimar Batista Silva
Celeida Maria Costa de Souza e Silva
DOI 10.22533/at.ed.3391915014
CAPÍTULO 5
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DO PERFIL A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES
Francisco Varder Braga Junior
DOI 10.22533/at.ed.3391915015
CAPÍTULO 6 54
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO EXERCÍCIO DE SUBJETIVIDADE
Lúcia Lima da Fonseca Alice Abreu
DOI 10.22533/at.ed.3391915016
CAPÍTULO 7 62
FORMAÇÃO CONTINUADA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CLASSE: LUGARES DE MEMÓRIA, FORMAÇÃO E INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS
Ana Lúcia Oliveira Aguiar
Stenio de Brito Fernandes Charles Lamartine de Sousa Freitas
Francinilda Honorato dos Santos
Eliane Cota Florio
DOI 10.22533/at.ed.3391915017

CAPÍTULO 8
REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UMA VISÃO DO MEC
Mônica Mancini Dirceu Matheus Junior
DOI 10.22533/at.ed.3391915018
CAPÍTULO 9
A ESPIRAL DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
Jeong Cir Deborah Zaduski Ana Lucia Farão Carneiro de Siqueira Denise Gregory Trentin Klaus Schlünzen Junior
DOI 10.22533/at.ed.3391915019
CAPÍTULO 10
INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO: DE CASA PARA O MUNDO
Shirlley de Souza Silva Pâmela dos Santos Rocha
DOI 10.22533/at.ed.33919150110
CAPÍTULO 11
INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO Antônia de Araújo Farias
DOI 10.22533/at.ed.33919150111
CAPÍTULO 12116
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO TUTOR VIRTUAL EM CURSOS DE LICENCIATURA EM MÚSICA A DISTÂNCIA
Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira Nubia Carla Ferreira Cabau Maria Luisa Furlan Costa
DOI 10.22533/at.ed.33919150112
CAPÍTULO 13127
OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Carla Plantier Message Ana Paula Ambrósio Zanelato Marques Raquel Rosan Christino Gitahy Adriana Aparecida de Lima Terçariol
DOI 10.22533/at.ed.33919150113
CAPÍTULO 14
CIRCO E ESCOLA: O PROFESSOR COMO PRINCIPAL PERSONAGEM DA TRAMA EDUCACIONAL
Pedro Eduardo Duarte Pereira Júlia Roberta Gomes de Sá Alexsandra Araújo dos Santos
DOI 10.22533/at.ed.33919150114

CAPÍTULO 15149
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA
Lúcia de Mendonça Ribeiro
Ionara Duarte de Góis
Antônio Carlos Silva Costa DOI 10.22533/at.ed.33919150115
CAPÍTULO 16
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA PARA APROXIMAR FAMÍLIA E ESCOLA: A AGENDA COMO FERRAMENTA
Adriane Cenci
DOI 10.22533/at.ed.33919150116
CAPÍTULO 17 172
REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Marcos Lucena da Fonseca
Maria do Carmo Barbosa de Melo
DOI 10.22533/at.ed.33919150117
CAPÍTULO 18
THE HISTORICAL DILEMMA INSIDE ICT IMPLEMENTATION IN EDUCATION: AN INTERCULTURAL AND
INTERGENERATIONAL ISSUE
José Guillermo Reyes Rojas
DOI 10.22533/at.ed.33919150118
CAPÍTULO 19204
ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA
ESCOLARIZAÇÃO NA INFÂNCIA FRENTE AO ADOECIMENTO CRÔNICO
Andréia Gomes da Silva
DOI 10.22533/at.ed.33919150119
CAPÍTULO 20217
CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL ALTERNATIVO DE CITOLOGIA: INCLUSÃO EM UM ESPAÇO NÃO-FORMAL DE
APRENDIZAGEM
Miani Corrêa Quaresma
Edmar Fernandes Borges Filho Bianca Venturieri
DOI 10.22533/at.ed.33919150120
CAPÍTULO 20231
FORMAÇÃO DOCENTE E TRANSFORMAÇÃO: ANALISANDO A FORMAÇÃO A PARTIR DA REALIDADE LOCAL
Saulo José Veloso de Andrade
Patrícia Cristina de Aragão Antônio Roberto Faustino da Costa
DOI 10.22533/at.ed.33919150120
SOBRE AS ORGANIZADORAS241

CAPÍTULO 12

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO TUTOR VIRTUAL EM CURSOS DE LICENCIATURA EM MÚSICA A DISTÂNCIA

Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira

Universidade do Oeste Paulista, Faculdade de Artes, Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente, SP.

Nubia Carla Ferreira Cabau

Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, Núcleo Regional de Educação de Maringá, Maringá, PR.

Maria Luisa Furlan Costa

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Fundamentos da Educação, Maringá, PR.

RESUMO: A Educação Musical e a Educação a Distância (EaD) são duas áreas amparadas por leis e necessárias a sociedade contemporânea porém ainda são questionadas quanto a sua utilidade, viabilidade e funcionalidade. A EaD no Brasil tem se firmado como uma modalidade de educação mais acessível e democrática principalmente para aqueles que desejam obter um diploma de graduação. Os cursos de formação inicial de professores também são beneficiados com a expansão de ofertas de cursos a distância. Dessa forma os cursos de licenciatura em música que buscam formar o educador musical para atuar, principalmente no Ensino Básico, também podem contar com a graduação em Música na modalidade a distância. Das Instituições de Ensino Superior públicas três são as que ofertam o curso de

Música e Educação Musical a distância no Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília. Objetivamos nesse artigo apresentar o trabalho realizado pelo tutor virtual nos cursos de licenciatura em Música na modalidade a distância. Por meio de abordagem teórica o artigo apresenta algumas reflexões que abarcam o trabalho dos diferentes atores envolvidos em um curso a distância e ressalta a função do tutor virtual como relevante para o bom desenvolvimento musical dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Tutor Virtual. Licenciatura em Música. Educação a Distância.

ABSTRACT: Musical Education and Distance Education (DE) are two areas covered by laws and necessary to contemporary society but are still questioned as to their usefulness, viability and functionality. The DE in Brazil has been established as a modality of education more accessible and democratic mainly those who wish to obtain a diploma of graduation. Initial teacher training courses are also benefited by the expansion of distance learning offerings. In this way, the degree courses in music that seek to form the musical educator to act, especially in Basic Education, can also count on the graduation in Music in the distance modality. Of the public higher education institutions, three offer the Music and Musical Education distance

course: Federal University of Rio Grande do Sul, Federal University of São Carlos and University of Brasília. In this article we present the work done by the virtual tutor in the degree courses in Music in the distance modality. Through a theoretical approach the article presents some reflections that involve the work of the different actors involved in a distance course and highlights the role of the virtual tutor as relevant for the good musical development of the students.

KEYWORDS: Virtual Tutor. Degree in Music. Distance Education.

1 I INTRODUÇÃO

A Educação Musical e a Educação a Distância (EaD) são duas áreas de conhecimento que possuem algumas características em comum. Uma delas recai sobre o fato de serem consideradas áreas novas, principalmente no Brasil. A Educação Musical brasileira, por exemplo, ainda não está presente de forma efetiva no espaço escolar. A música não faz parte da formação de grande parte da população e a cultura escolar ainda não aderiu a essa modalidade artística. Porém, não é de hoje que a música está inserida em documentos oficiais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), por exemplo, instituiu a disciplina Educação Artística para os atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os conteúdos que envolviam essa disciplina eram música, artes plásticas, artes cênicas e desenho, ou seja, áreas artísticas distintas. De acordo com Penna (2012, p.123)

Vale ressaltar que precede a esses termos legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, promulgada em 1961, após longo processo de gestação, iniciado em 1946 em decorrência da Constituição estabelecida neste ano. Esta LDB é a primeira lei de alcance nacional que pretende abordar todas as modalidades e níveis de ensino, além de sua organização escolar. Uma década depois, esta LDB de 1961 é alterada pela Lei nº 5.692/1971, gerada sob o regime militar, que se dirige apenas ao ensino de 10 e 20 graus, articulando à primeira LDB e alterando várias de suas determinações.

Na prática nem a música tampouco as artes cênicas foram absorvidas pela escola de forma sistemática, a exemplo da área de artes visuais. Leis como a número 11.769, de 2008, assinada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que prevê o conteúdo de música como obrigatório são vistas como um tema relevante nas discussões sobre a educação musical (BRASIL, 2008). Professores e pesquisadores dessa área são conscientes de que o tema música na escola não é exclusivo deste início de século; todavia observamos que na prática a música não se encontra estabelecida no espaço escolar.

Em relação à EaD, a modalidade de ensino vem ganhando um espaço cada vez mais significativo em relação às leis, aos cursos formativos, ao credenciamento de instituições, à produção e utilização de materiais didáticos e equipamentos, às

condições tecnológicas de produção e difusão dos cursos, à formação de profissionais especializados e também à mudança de mentalidade de professores e estudantes. Não obstante, a EaD até então encontra professores e alunos bastante reticentes quanto a sua prática.

Mesmo considerando modelos de sucesso como o da Universidade Aberta inglesa (Open University) e outros cursos em todo o mundo, o Brasil conta com poucos cursos em nível de graduação na modalidade a distância. Em um país com um número bastante significativo de analfabetos e cuja formação profissional em nível superior também está longe do ideal poderia ter essa situação minimizada ou revertida se considerasse a EaD no mesmo patamar do ensino presencial, não relegando essa modalidade para situações emergenciais.

A partir das primeiras décadas do século passado há uma mudança significativa nos cursos ofertados a distância. Os cursos por correspondência, por exemplo, se modificaram substancialmente, pois novas propostas utilizando o rádio e posteriormente a televisão mudam a forma de disponibilizar a EaD em nosso país. Costa e Oliveira (2013) apontam que estas iniciativas configuram-se como alternativas para a promoção da integração nacional, possibilitando a educação aos que não tinham escola. No entanto, foi no artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) e com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que regulamenta o artigo da referida lei, que a EaD constitui-se legalmente no Brasil como uma modalidade de ensino recebendo "tratamento específico em relação à necessidade de credenciamento das instituições interessadas em ofertar cursos nessa modalidade de ensino" (COSTA; OLIVEIRA, 2013, p. 99). Para além desta legislação é com o Decreto n. 5.800 de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006) que as experiências em EaD se firmam e consolidam pois o mesmo cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Atualmente, a UAB tem ofertado vários cursos em nível de graduação na modalidade a distância com resultados bastante positivos incluindo cursos de licenciatura em Música e Educação Musical. Nesse sentido, o presente capítulo objetiva apontar três cursos de licenciatura em Música oferecidos na modalidade a distância e descrever o trabalho executado pelo tutor virtual nesse processo. Para tanto, a pesquisa contou com abordagem teórica refletindo sobre discussões fundamentais à área de EaD assim como o papel de cada ator na EaD, destacando a função do tutor virtual.

2 I O TRABALHO DO PROFESSOR E DO TUTOR NA EAD

Na página virtual do Ministério da Educação (MEC), verificamos que o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem ampliado significativamente o número de vagas para o acesso ao ensino superior público e gratuito nas universidades federais e estaduais brasileiras.

No projeto desenvolvido para a UAB, as atividades do professor são realizadas por um grupo de docentes, ao qual Mill (2006; 2012) denomina de polidocência. Este autor acrescenta que, nessa modalidade educacional, o trabalho é extremamente fragmentado e cada parte que compõe o trabalho docente virtual é atribuída a um trabalhador diferente (ou um grupo deles).

Entretanto, existe uma interdependência entre as atividades dos vários profissionais envolvidos, de forma que um não consegue realizar 'sua parte' do trabalho sem que o colega de equipe faça a sua também. Mas esses desdobramentos, a nosso ver, não interferem na qualidade do curso, porém, geram um maior aprofundamento e interação entre todo o grupo envolvido.

Assim, quando questionamos: quem é o docente da educação a distância? Mill (2006, p. 67) sugere a resposta: "Em EaD quem ensina é um polidocente". Em geral, o grupo de profissionais que compõem a equipe de oferta de um curso pela educação a distância conta com: uma coordenação geral; uma coordenação pedagógica; uma coordenação tecnológica ou coordenação de informação e comunicação; um coordenador para cada curso oferecido na instituição; um coordenador para cada disciplina, responsável pela elaboração do conteúdo e também pelas atividades dos tutores vinculados às disciplinas. Em muitos casos, esses profissionais são chamados de 'professor autor'; um grupo de tutores geralmente divididos em tutores virtuais e tutores presenciais; técnicos e monitores.

Moran (2003) afirma que em determinados cursos o professor é somente um autor, não participa diretamente do andamento dos cursos. O conteúdo das disciplinas oferecidas nos cursos é editado por uma equipe para dar o tratamento específico para as mídias e o perfil do público. O professor participa de formas distintas e exerce diversos papéis em diferentes situações que se lhe apresentam na educação on-line.

Com desenvolvimento da EaD surge um novo profissional docente na figura do tutor. O que caracteriza esse trabalhador é sua função de acompanhar os alunos no processo de aprendizagem pela mediação tecnológica. Segundo Mill (2012), o docente tutor participa do processo de ensino-aprendizagem como um mediador e motivador na relação do aluno com o material didático. Ou seja, é responsável pela mediação pedagógica da construção do saber de seus estudantes.

Na EaD, esses tutores estão divididos em dois grupos: um que acompanha os alunos presencialmente (em encontros presenciais, semanais ou esporádicos), e outro que acompanha a distância, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Existem muitas questões a respeito desse novo profissional como, por exemplo, onde ele se localiza na estrutura organizacional da EaD, quais suas competências principais, que tecnologias utiliza, entre outras. Nessa perspectiva de construção de saberes que se articulam no espaço virtual, o tutor virtual poderia ser aquele que instiga a participação do aluno, evitando a desistência, o desalento, o desencanto pelo saber. Aquele que possibilita a construção coletiva de forma participativa com seus

alunos, lançando novos olhares sobre o real. Vale destacar que esse profissional só interage com seus alunos de forma virtual, utilizando, na maioria das vezes, a escrita como única forma de comunicação.

Mill (2006, p. 70) assinala que o único profissional a realizar um trabalho totalmente a distância, em um curso de EaD, é o tutor virtual:

[...] observa-se que o trabalhador da educação a distância que desenvolve atividades por meios virtuais é basicamente o tutor virtual. Esse docente pode ser o professor que desenvolveu o conteúdo ou o material didático do curso ou pode, ainda, ser algum outro trabalhador (ou grupo de trabalhadores) designado(s) para fazer o acompanhamento pedagógico dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Segundo Abreu-e-Lima e Alves (2011), a tarefa do tutor é desafiadora, complexa e necessita ser orientada. Sendo assim, a formação especializada da equipe de tutores virtuais é fundamental para que a proposta de EaD de uma instituição possa ser implementada a contento. Nesse cenário, cabe discutir quais os saberes necessários para um tutor virtual em cursos de habilidade específica; nesse caso distinto, a educação musical.

3 I EDUCAÇÃO MUSICAL A DISTÂNCIA

É consenso entre autores da área da EaD tais como Litwin (2001), Moore e Kearsley (2007), Peters (2006), entre outros, que a modalidade de ensino a distância possui aspectos teóricos-metodológicos completamente distintos da modalidade presencial.

Nesse âmbito, devemos entender que não podemos simplesmente transpor metodologias e conteúdos empregados na modalidade presencial para a modalidade a distância, principalmente quando tratamos de um curso no qual o aluno deverá desenvolver competências que envolvem a correta execução de um instrumento musical ou a prática de atividades musicais que deverão ser assimiladas e desenvolvidas para aplicação com crianças na Educação Básica, por exemplo.

Assim, o uso da tecnologia nos ambientes virtuais de aprendizagem, bem como a linguagem desenvolvida exclusivamente para esses meios configura-se em elemento característico da EaD, sem o qual a modalidade não alcançaria seus reais objetivos. Entretanto, o uso da tecnologia por si só também não é suficiente para o desenvolvimento de atividades a distância. É preciso que a implantação e implementação de cursos a distância seja acompanhado de uma profunda reflexão sobre a tecnologia e o contexto em que a mesma será inserida. Perguntas como: qual o perfil do estudante; quais os melhores recursos a serem utilizados para determinados cursos; quais os objetivos a serem alcançados, devem sempre nortear a construção de um curso na modalidade.

As diferenças entre as categorias presencial e a distância acarretam também a

incorporação de novos saberes por parte dos professores, que precisam estar aptos a dominar as novas linguagens, novas abordagens metodológicas e diferentes práticas no exercício da docência virtual. Como afirma Carvalho (2010, p. 86), "o advento da internet trouxe, entre outras coisas, a facilidade de acessar informações em diferentes formatos e, principalmente, de estabelecer comunicação em qualquer lugar e a qualquer hora".

Tal afirmativa nos leva a refletir que o aluno da modalidade a distância tem facilidade em acessar informações em diferentes formatos, mas para isso é preciso que, antes, o professor selecione e estabeleça qual o melhor modelo, ou qual a configuração mais adequada para determinado assunto, ou curso, ou ainda a prática. O que queremos dizer é que ao professor de educação musical cabe, não só o domínio técnico e teórico de seu instrumento e outros conhecimentos pertinentes à área, mas também precisa agregar novos conhecimentos, que passam por novas formas de informação e comunicação além uso das novas tecnologias.

Pensando nessas diferenças entre as modalidades presencial e a distância e suas consequências na formatação e estruturação dos cursos de licenciatura em Música e Educação Musical a distância é que trataremos dos saberes necessários a um tutor virtual nessa modalidade.

4 I A TUTORIA EM EDUCAÇÃO MUSICAL A DISTÂNCIA

No Brasil, temos atualmente três cursos de Educação Musical na modalidade a distância ofertados por instituições públicas de ensino, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de Brasília (UNB). Essas instituições oferecem o curso nos dois formatos: presencial e a distância.

Para ingressar em um curso de graduação em Educação Musical a Distância como esse é preciso passar pelo vestibular, o mesmo aplicado ao ensino presencial, que nesse caso exige uma prova de habilidade específica. O aluno que deseja cursar a graduação em um curso de Educação Musical a Distância precisa ter, em sua formação, conhecimentos básicos de música e teoria musical; precisa dominar conteúdos básicos na área para, a partir daí, avançar em seus conhecimentos.

Apesar de o vestibular ser no mesmo formato do curso presencial, isto não significa que a estrutura dos cursos, a metodologia e o material didático sejam idênticos. O que se verifica é que a preocupação em elaborar materiais e conteúdos apropriados à modalidade presencial e à modalidade a distância ser uma constante nas instituições referidas. Nos projetos políticos pedagógicos desses cursos disponíveis nas páginas virtuais das respectivas instituições podemos observar os materiais didático-pedagógicos ofertados para a modalidade a distância.

Na EaD, a relação entre professor e aluno assume uma postura diferenciada

na relação ensino e aprendizagem. Trata-se de uma relação dialógica, distante do modelo em que todo o conhecimento se concentra na figura do professor deixando ao aluno um comportamento mais passivo. Correa e Mill (2012) asseveram que não só os saberes específicos, mas também os saberes formais têm importância e influência nas práticas docentes. Segundo os autores:

Alguns relatos dos professores mostram que mesmo assuntos não relacionados à EaD ou à música têm papel importante na atuação destes professores e na composição das suas bases de conhecimento docente. Habilidades como planejamento e organização foram citadas como provenientes deste período. (CORREA; MILL, 2012, p.10).

Diversos autores e pesquisadores dessa área afirmam que os docentes têm, em sua maioria, uma larga experiência na modalidade presencial, mas, para quase todos, a experiência com EaD é sempre uma novidade para qual muitas vezes não estão preparados, ou seja, vão aprendendo durante a prática. Entendemos essa questão como uma falha pois prejudica diretamente não apenas o desenvolvimento dos cursos, mas a visão dos participantes quanto a essa modalidade de ensino.

No caso da tutoria, essa realidade é diferente, pois vemos que as instituições preparam, por meio de cursos específicos em tutoria, os profissionais que atuarão com tutoria virtual. Esses cursos têm carga horária mínima de 180 horas visando uma formação prática e teórica, com apoio incondicional de toda a equipe da EaD, material adequado, atualizado e pedagogicamente preparado a fim de que a formação do tutor virtual alcance os objetivos propostos. Além disso, todo tutor virtual deve ser especialista em sua área de atuação, nesse caso em questão, podemos afirmar que todo tutor virtual deve ser especialista em educação musical com experiência comprovada na área de docência.

A respeito da função do tutor virtual Costa e Knuppel (2014, p. 200) sublinham que:

A função precípua do tutor é a de contribuir para o sucesso de um curso por meio da criação de ações articuladas que envolvem aluno-professor-tutor em um sistema de orientação e de trocas em prol de um trabalho que se constrói e reconstrói mediante esquemas didáticos, oportunizando a construção de um caráter multidimensional.

Durante os cursos de formação de tutores, aspectos como interação, papel do tutor virtual, construção de *feedback e* acompanhamento do aluno devem ser amplamente discutidos e vivenciados por meio de atividades práticas nos ambientes virtuais de aprendizagem. Percebemos que preocupações como qualidade das respostas e das interações com os alunos são pontos fundamentais nesses cursos de formação.

Abreu-e-Lima e Alves (2011), corroborando Moore e Kearsley (2007), alegam que o fatores determinantes do sucesso da EaD são a quantidade e a qualidade dos diálogos entre os professores e os estudantes, tendo como objetivo a promoção da

autonomia de aprendizagem.

A autora supracitada apresenta ainda a definição de *feedback* segundo Mory (2004, apud ABREU-E-LIMA; ALVES, 2011), que pode ser descrito como qualquer procedimento ou comunicação realizada para informar o aprendiz sobre a acuidade de sua resposta, geralmente relacionada a uma pergunta instrucional. Esta devolutiva também pode permitir que o aprendiz compare sua performance atual com a padrão ou a esperada. Em EaD, *feedback* é toda resposta ou instrução dada ao aluno com o propósito de alinhar suas percepções a respeito de um tema.

Shute (2008, apud ABREU-E-LIMA; ALVES, 2011, p.193), define e propõe a visão de *feedback* formativo como "a revisão como informação comunicada para o aprendiz com a intenção de modificar seu comportamento ou seu modo de pensar objetivando uma melhoria no aprendizado". Em nosso caso, essa definição é a que mais se adequa à proposta do trabalho a ser realizado pelo tutor virtual em educação musical, podendo-se acrescentar: objetivando uma melhoria no aprendizado, na prática e na performance.

A internet traz a possibilidade de interação e participação, independentemente do tempo e da distância. Moran (2007) afirma que a EaD combina a interação assíncrona (do acesso quando a pessoa quiser) com a interação síncrona (comunicação em tempo real), oferecendo a possibilidade de conexão, de estar junto, de orientar, de tirar dúvidas, de trocar resultados. Nesse contexto, é fundamental o papel do professororientador (ou tutor virtual) na interação, mediação e construção do conhecimento, bem como na criação de laços afetivos. "Os cursos que obtêm sucesso, que tem menos evasão, dão muita ênfase ao atendimento do aluno e à criação de vínculos" (MORAN, 2007, p. 1). Nesse ponto é importante destacar que cabe ao tutor virtual a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento teórico e prático do aluno.

Atualmente as três instituições estudadas utilizam-se de programas e *softwares* abertos e disponíveis na internet para registrar atividades práticas que podem ser gravadas ou filmadas e encaminhadas ao tutor virtual, que é o responsável pela correção e avaliação do aprendizado do aluno. Além disso, os próprios Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) trazem, em sua configuração, ferramentas que facilitam a interação por meio de gravações, áudios e vídeos que podem, facilmente, serem acessados e utilizados pelos alunos.

Essas afirmações encontram eco em Correia e Mill (2012), que, ao citar Gohn, afirma:

Gohn (2009) trata da Educação Musical a distância, categorizando-a em três diferentes cenários de aprendizagem. As aprendizagens autodirigidas são quando o aprendiz direciona sua atenção e faz reflexões sobre os variados tipos de conhecimento musical. Como uma performance em vídeo, que pode ser assistida e repetidas diversas vezes, para que o aluno tenha oportunidades de desenvolver a técnica instrumental. As aprendizagens híbridas acontecem quando os alunos de professores particulares, tendo aulas regulares de instrumentos musicais, procuram complementar seus estudos com pesquisas online ou materiais em vídeo.

Nos cursos presenciais formais, acontece quando buscam interações a distância fora dos horários de encontro em salas de aula. O terceiro caso é aquele de cursos especificamente formatados para acontecerem a distância, com conteúdos preparados por docentes especialistas e sob a supervisão de tutores (p.4).

Em atendimento às exigências legais, os cursos superiores a distância devem prever momentos de encontros presenciais, cuja freqüência deve ser determinada pela natureza da área do curso oferecido e pela metodologia de ensino utilizada e a avaliação é obrigatoriamente presencial. Nesse quesito, encontramos uma particularidade no curso de Educação Musical a Distância, pois existe a questão da habilidade específica de execução instrumental. Esse fato é destacado pelo referencial de qualidade para a EaD quando sugere que a natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como os momentos presenciais necessários e obrigatórios previstos em lei, os estágios supervisionados, as práticas em laboratórios de ensino, os trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, as tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias.

Além disso, a legislação vigente prevê que as avaliações para fins de promoção e conclusão devem se dar mediante realização de exames presenciais de acordo com o Artigo 4o do decreto 5622 de 2005:

A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I cumprimento das atividades programadas; e
- II realização de exames presenciais.
- § 10 Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.
- § 20 Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância (BRASIL, 2005, Art. 4).

Ainda que diversas atividades sejam realizadas presencialmente, são as diferentes abordagens metodológicas combinadas a *softwares* específicos e a presença constante do tutor virtual que contribuem significativamente para que os cursos de Música a distância sejam possíveis de serem pensados. Isso porque a grande quantidade de disciplinas de caráter prático necessita de ferramentas tecnológicas que aproximem o professor do aluno principalmente para aprender a tocar um instrumento musical. Como essa prática deve ser diária, o tutor virtual precisa estar presente de forma intensa e ter formação específica em música e no instrumento musical lecionado. Dessa forma, a tutoria nos cursos de música e educação musical a distância se apresentam fundamentais na formação do futuro educador musical.

5 I CONCLUSÃO

Os cursos de Música na modalidade a distância se apresentam com algumas particularidades em relação a outras licenciaturas. Isso se refere principalmente às disciplinas práticas tais como prática instrumental e outras práticas coletivas como coral e regência. Atualmente os curso de Música a distância oferecidos pela UFRGS, UFSCar e UNB/UAB estão fazendo uso de diversas ferramentas tecnológicas para superar as dificuldades dos aprendizes.

Ressaltamos, nesse sentido, a importância do trabalho do tutor virtual pois ele é quem auxilia mais diretamente os alunos e mantém estreitos os laços afetivos de forma a incentivar os educandos. Em um curso de Música a distância esse trabalho se apresenta de forma mais intensa nas disciplinas práticas pois o estudante, quando executa o instrumento musical necessita de um *feedback* rápido e pontual caso contrário ele pode desenvolver hábitos errados na execução instrumental que, posteriormente, serão difíceis de serem superadas.

Entendemos que o papel do tutor virtual é de fundamental importância no processo de aprendizagem em cursos na modalidade a distância. É o conhecimento e as relações estabelecidas entre tutor e aluno que farão o diferencial e que, efetivamente, contribuirão para o sucesso dos cursos nesta modalidade.

Ao estudar cursos de educação musical a distância devemos lembrar que a aprendizagem de um instrumento ou de métodos de educação musical exigem aproximação, experimentação e vivência a fim de que se superem dificuldades específicas da área. Neste ponto, o tutor virtual é o grande ator, responsável por motivar, interagir e mediar a construção do conhecimento.

Acreditamos que as novas tecnologias de informação e comunicação são as responsáveis para que cursos na modalidade a distância ganhem espaços cada vez mais significativos e que os avanços tecnológicos darão condições de produção e difusão dos cursos, entretanto, a qualidade e o sucesso dos mesmos ainda depende do material humano.

A construção do conhecimento não é dada por meio da tecnologia e sim pela mediação entre professor e aluno. Observamos que, no cenário da EaD, surge uma nova configuração na produção do conhecimento, cabendo ao tutor virtual uma tarefa desafiadora e complexa, mas fundamental para o desenvolvimento de um trabalho que se constrói e se reconstrói todos os dias, oportunizando a construção do saber.

REFERÊNCIAS

ABREU-E-LIMA, D. M.; ALVES, M. N. O feedback e sua importância no processo de tutoria a distância. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 189-205, mai/ago. 2011. Disponível em: < https://goo.gl/CKXeKs>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases** para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971.

Disponível em: https://goo.gl/YIGdTb. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://goo.gl/oXee3. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://goo.gl/ikkbG5. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.** Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://goo.gl/2MmEP2. Acesso: em 05 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.769, de agosto de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.** Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: < https://goo.gl/ZEM26F>. Acesso: em 05 nov. 2017.

CARVALHO, I. A. Potencialidades e limites de uma disciplina do curso de Educação Musical a Distância na UFSCar. 2010. 225f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos. Disponível em: https://goo.gl/7f2mWo Acesso em: 11 dez. 2017.

CORREA, A. G.; MILL, D. R. S. Base de conhecimentos de professores na Educação a Distância: um estudo sobre a Educação Musical. In: SIED 2012 - Simpósio Internacional de Educação a Distância, Enped 2012 - Encontro Nacional De Pesquisadores Em Educação A Distância. 2012. São Carlos. **Anais...** UFSCar. 2012. Disponível em: https://goo.gl/jm8moc>. Acesso em: 11 dez. 2017.

COSTA, M. L. F. KNUPPEL, M. A. C. As representações sociais do trabalho do tutor presencial: limites e possibilidades. In: BRITO, Gláucia da Silva (org). **Educar Em Revista.** Ed. especial, n.4/2014. p. 191 - 209.

COSTA, M. L. F.; OLIVEIRA, S. A. G. O lugar da educação a distância no Plano Nacional de Educação (2011-2020). **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 97-112, jan./ abr. 2013. Disponível em: https://goo.gl/RyY6HY>. Acesso em: 11 dez. 2017.

LITWIN, E. (org.) **Educação a Distância:** Temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MILL, D. R. S. Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na idade mídia. 2006. 322f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

MILL, D. R. S. Docência virtual: uma visão crítica. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância:** uma visão integrada.Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M. Novas questões que a educação on-line traz para a didática. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: https://goo.gl/C1pywd >. Acesso em: 09 nov. 2017.

MORAN, J. M. **Os modelos educacionais na aprendizagem on-line.** São Paulo: USP, 2007. Disponível em: https://goo.gl/ktqbTe . Acesso em: 09 nov. 2017.

PENNA, M. Música(s) e seu ensino. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PETERS, O. Didática do Ensino a Distância. São Leopoldo- RS: Editora Unisinos, 2006.

Agência Brasileira do ISBN ISBN 978-85-7247-033-9

9 788572 470339